

O acontecimento discursivo e a profusão de sentidos: preservação de faces durante uma campanha e embate ideológico com a imprensa

Valmir Nunes Costa
UESPI/Florianópolis

Resumo: O presente artigo trata do caso da montagem da rede de espionagem divulgada inicialmente pela revista *Veja* (02/06/10), supostamente montada para espionar adversários e até correligionários do PT durante aquela campanha eleitoral (2010). O objetivo do artigo é analisar quatro textos que tratam do mesmo assunto do ponto de vista do acontecimento enquanto fato discursivo, visto por diversos ângulos numa empreitada que mostra claramente a relação desses ângulos com a preservação de faces dos envolvidos e tentativa de imposição de um ponto de vista pela imprensa – “mantenedora que é” da verdade, e do ponto de vista válido, que mereça ser considerado pelo leitor e pela justiça. Para a presente análise, utilizamo-nos dos pressupostos da Análise do Discurso, concentrando-nos na categoria do acontecimento discursivo. Entre os principais teóricos citados nos Elementos Teóricos, estão Malidier (2003), Pêcheux (1997), Gregolin (2003) e Henry (1992).

Palavras-chave: Acontecimento discursivo. Artigo de opinião. Eleições presidenciais

ELEMENTOS TEÓRICOS

A análise de um acontecimento político como o da espionagem da campanha de José Serra à presidência da República é um evento metadiscursivo. O acontecimento em si (acontecimento histórico) precisa significar além do plano positivo, expressão da referencialidade, do real do acontecimento. Isso acontece porque o mesmo evento é visto de diversas perspectivas; pessoas precisam justificar suas ações, defender seus interesses e, ao mesmo tempo, enfrentar seus adversários políticos. Isso permite que o acontecimento signifique muito além do seu caráter de fenômeno histórico. O acontecimento, enfim, torna-se discursivo à medida que é tratado no âmbito da linguagem, dando lugar a diversas interpretações e produzindo diversos sentidos e efeitos.

A Análise do Discurso (doravante AD) se iniciou em torno desse tema (política) e presta-se perfeitamente à análise do discurso enquanto acontecimento histórico e político. O acontecimento em análise aqui tematiza um problema atual, a saber, o do acontecimento que faz uma materialidade histórica repercutir e “falar”, ressonar, noutros discursos. Em outras palavras, ele torna-se materialidade mesma desses novos discursos. Assim, o que aconteceu em dois mil e dez, e que tomamos aqui em análise, tem sua atualidade em acontecimentos como a espionagem das nações pelos Estados Unidos.

Esta linha francesa de estudos da linguagem, melhor dizendo, de discursos que têm na linguagem sua materialidade (a AD), nasceu nos anos 60 através de estudos do teórico francês Michel Pêcheux e seu grupo de pesquisa. Na França, pela época, já existia uma tradicional prática escolar de explicações textuais, que não se tratava nem de exegese, nem de filologia. O que estes estudos buscavam mesmo era o sentido do texto através de sua construção entre os elementos textuais. Mais tarde, com Pêcheux, esses estudos iriam

delimitar um objeto específico de pesquisa (o discurso) e um método (o funcionamento discursivo). Os sentidos nessa instância não eram mais o principal elemento de busca no discurso, mas importava agora o modo como esses discursos se constituíam.

A AD nasceu nessa conjuntura dos anos 60, fruto de um projeto de Michel Pêcheux, filósofo por formação, “sob o signo da articulação entre a linguística, o materialismo histórico e a psicanálise” (MALDIDIÉ, 2003, p. 16). Inicialmente atrelada à política, visava à criação de um dispositivo teórico capaz de analisar discursos nessa esfera, e não apenas teorizar sobre eles; pôr em evidência o “deslizamento da política para o espetáculo”, o que era “a grande quebra” (p.16). Deixava o tempo da ‘luta de classes na teoria’ para entrar no debate.

Em 1974, Pêcheux traz para sua teoria a noção de pré-construído, o qual será apresentado verdadeiramente em sua ligação com o interdiscurso. Por interdiscurso, conforme Cavalcante (2007, p. 49, § 4), entende-se “o lugar no qual se constituem os objetos de que o sujeito enunciativo se apropria para transformar em objetos de seu discurso, fornecendo, como diz Courtine (1999, p. 20), ‘sob forma de citação, recitação ou pré-construído, os objetos do discurso em que a enunciação se sustenta’”. O termo pré-construído, segundo Maldidier (citada, p.34), foi utilizado por Culioli em uma acepção em relação com sua teoria da lexis. O termo em AD, entretanto, foi utilizado por retomada, mas ressignificado.

Outra noção, elaborada em conjunto com Paul Henry é a de pressuposição. Este autor trabalha essa noção na primeira parte do livro *A ferramenta imperfeita. Língua, Sujeito e Discurso* (1992) e parte da idéia, já calcada em Frege¹, de que

¹ Paul Henry cita o artigo *Zeitschrift für Philosophie und philosophische Kritik*, de 1892, como o texto em que Frege emprega a noção de pressuposição.

a linguagem ordinária sofre deste efeito de com ela podermos formar expressões que do ponto de vista da forma gramatical, parecem determinadas e adequadas para designar um objeto, enquanto, em certos casos, essa determinação falha, pois depende da verdade de uma proposição (p. 11).

Pêcheux, numa noite, ao sair de um seminário de Culioli, no fogo da discussão, propõe o termo pré-construído, o qual “despojado de qualquer sentido lógico, constitui a reformulação da pressuposição no novo terreno do discurso” (MALDIDIÉ, 2003, p.36).

Assim como os termos interdiscurso, pré-construído e pressuposição, vários outros trouxeram para a Análise do Discurso pêcheutiana as noções complementares (mas tão importantes quanto as citadas), a exemplo de intradiscurso², formação discursiva³ (calcada em *A arqueologia do saber*, do filósofo M. Foucault), formação ideológica (do filósofo marxista Althusser, de seu livro *Aparelhos ideológicos de estado*), condições de produção, entre as principais. O objeto dessa nova ciência é o discurso. Este subentende uma materialidade que encontra suporte na língua (alguns autores dizem que o texto é que é essa materialidade). Na perspectiva de uma teoria discursiva, a AD procurava articular língua, ideologia e discurso.

O ACONTECIMENTO DISCURSIVO EM ANÁLISE, MEIO AO EMBATE ENTRE SUJEITOS ENVOLVIDOS, SUA IMAGEM E SUA ABORDAGEM PELA IMPRENSA

² O intradiscurso, no Dicionário de análise do discurso (CHARAUDEAU & MAINGUENEAU, 2008) aparece como opondo-se intuitivamente ao interdiscurso, e compõe-se das relações entre os constituintes do mesmo discurso.

³ A noção de *formação discursiva* foi introduzida por Foucault, e foi ressignificada por Pêcheux no quadro da análise do discurso-AD (CHARAUDEAU & MAINGUENEAU, 2008). Não vamos nos aprofundar nessa noção, mas acreditamos que convém mencionar um conceito fornecido por Pêcheux (1975, p.11, apud Cavalcante, 2007, p. 43) e grifado por Cavalcante (op. cit.) segundo o qual a formação discursiva é “aquilo que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma palestra, aula, sermão, panfleto, exposição, programa) a parti de uma posição dada”.

Não é novidade que candidatos a cargos políticos lancem mão de diversos expedientes que nem sempre são legais ou de bom costume. Uma outra coisa também é fato: diante de toda e qualquer acusação haverá sempre uma defesa ou preservação de face diante da iminência de afetação da candidatura. Sendo assim, surge o acontecimento enquanto discurso e matriz de uma série de produções e circulação de sentidos. Cada candidato aborda o fato de um ponto de vista que significa de forma diferente, sempre, é claro, em seu benefício. O fato analisado aqui é o caso inicialmente mostrado pela revista *Veja*, mas que depois foi tratado em diversos suportes por diversos jornalistas e outros profissionais da imprensa e de outras formações (políticos, militares...): esquemas de espionagens à campanha do candidato à presidência da República pelo PSDB José Serra, planejados por profissionais contratados pela equipe de campanha de Dilma Russef, candidata à presidência da República pelo PT. “São policiais, ex-agentes dos serviços de espionagem do governo e detetives particulares especializados em obter provas de adultérios ou fazer varreduras ambientais e telefônicas para afastar a possibilidade de grampos” (texto 1, § 1).

O *corpus* do presente trabalho compõe-se de quatro textos identificados no presente artigo (e anexados a este trabalho) conforme indicamos abaixo:

Texto 1: Ordem na casa do lago sul (*Veja*, 2 de junho de 2010)

Texto 2: A teimosia dos fatos (*Veja*, 9 de junho de 2010)

Texto 3: “Era para levantar tudo, inclusive coisas pessoais” (*Veja*, 9 de junho de 2010)

Texto 4: Atrações (internet / Forum de discussões)⁴

Texto 5: Jornalista deixa campanha de Dilma após acusação de dossiê contra Serra (internet / Observatório da imprensa)⁵

Texto 6: Lazzeta critica apuração da *Veja* sobre suposto dossiê contra Serra (internet / Observatório da imprensa)⁶

⁴ Em: <http://www.tijolaco.com/?p=17773>, acessado em 11/06/2010

⁵ Em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos.asp?cod=593ASP004>, acessado em 11/06/2010

A revista *Veja* de 02 de junho (2010) denunciou um esquema de espionagem à Campanha de José Serra à presidência da República. Este esquema estava sendo feito por “companheiros afoitos”, por companheiros “sinceros, mas radicais” dentro do comando da campanha do PT à presidência da República – afirma O comando da campanha do PT.

Para esses “radicais afoitos”, “campanha é lama”. Esta última expressão aparece no artigo como o refrão de uma música. Conota um tom de vale-tudo durante campanhas para eleições, mas, ao lado disso, é necessário que se preservem as faces. Esquemas de espionagens podem atingir a imagem dos próprios responsáveis, como foi o caso do escândalo dos “aloprados” de 2006, onde José Serra, o então responsável, denominou a estratégia de “coleta de evidências potencialmente desastrosas para os adversários”.

Segundo *Veja*, a alta cúpula da campanha de Dilma teria agido de forma rígida com os companheiros afoitos que estavam tentando montar em Brasília um esquema de espionagem de adversários e até de correligionários rivais baseados na idéia de que campanha é lama. A conotação do esquema de espionagem aí é negativa, está associada à lama, à mancha, àquilo que macula, afeta a pureza. Já no escândalo dos alopados, o mesmo tipo de esquema (de espionagem), pela própria denominação dada - coleta de evidências – escamoteia esse tom de ação criminoso. Deve-se evitá-la – é o pressuposto a partir das ações de ambos os lados da campanha. José Serra não repete mais o erro. Dilma (o PT nacional) agiu de forma rígida com os companheiros radicais e afoitos. José Serra, como medida de preservação de face, deixa entender que é vítima, ao mesmo tempo em que insinua não ser capaz de se utilizar do golpe baixo da adversária por uma questão ética, escondendo os fatos de 2006, além de que esconde que o real motivo do abandono a tal estratégia é que a bomba que atingiria o adversário naquele ano, “estourou mesmo foi no colo dele” (texto 1). Portanto, o que reina aí, é, na realidade, um

⁶ VASCONCELOS, Izabela. *Lazzeta critica apuração da Veja sobre suposto dossiê contra Serra* Em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos.asp?cod=593ASP004>, acessado em 11/06/2010

certo receio. A adversária (Dilma), por seu lado, dando a entender que na sua campanha não aceita esse tipo de estratégia, esconde, além do mesmo receio (o da bomba estourar no próprio colo) advindo da experiência do adversário em 2006 (“já tivemos problemas demais com esse tipo de coisa no passado”, texto 1), esconde que o real motivo do combate não está relacionado a uma questão ética, mas a uma questão de resguardar a própria imagem, principalmente neste momento de campanha.

É muito importante a análise do intradiscurso nos textos lidos para a compreensão dos sentidos relacionados ao termo espionagem. Em primeiro lugar, o termo *campanha é lama* remete para o sentido principal do termo espionagem: lama. Muitos outros termos presentes no texto atestam esse mesmo significado que tanto se refere à espionagem em si (1) quanto àqueles que a praticam (2): 1. rotinas subterrâneas, porões, radar de arapongagem, encrenca. 2. gente da pesada, sujeitos com aquelas características, gordinho sinistro, ladrão de bandeirantes.

De um lado “positivo” estaria a contraespionagem, que trata-se da espionagem de gente da própria facção. Neste caso, o texto refere-se à ação com termos como *interna e benigna, dotes investigativos, trabalho...* A ação de espionar não é tratada como um crime no último caso. E mesmo no primeiro (a espionagem de adversários), os motivos para descartá-la não estão relacionados ao seu caráter de ação criminosa, mas de ação que poderá ser devastadora para o próprio partido responsável: “até porque mesmo o pessoal do ramo contatado presentiu que não haveria futuro muito glorioso na empreitada. ‘Aquilo ia acabar numa nova versão dos aloprados’” (texto 1).

No texto 2, intitulado *A teimosia dos fatos, Veja*, na seção *Carta ao leitor*, inicia seu texto com a oração *Veja revelou, na semana passada...* deixando implícito que *Veja* já sabia. Referia-se à operação subalterna de espionagem de adversários e correligionários, planejada dentro do comando da campanha de Dilma Russef. Se *Veja revela*, o objeto desta revelação é algo que estava

encoberto. Não se menciona, entretanto, como e por que Veja soube. Segundo a revista, Dilma Russef não sabia inicialmente, e nem apoiou quando soube. “A reportagem contou que a ordem de cima (de Dilma) foi dada de forma incontestável, alertando, porém, para a impossibilidade de verificar se ela estava sendo cumprida” (texto 2).

O que se escamoteia, no caso, por parte da Veja, é como soube e por que soube. A respeito da recusa em aceitar a espionagem por Dilma, o que fica implícito no trecho citado é que a mesma operação “reprimida” pela candidata do PT, e expressa nos textos 1 e 2 de Veja, pode estar ainda sendo posta em prática. A candidata, no entanto, pelo que afirma, segundo Veja, se exime de culpa, preservando a própria face.

Numa campanha (e, como vimos, campanha é lama!), torna-se óbvio, há que haver os “aloprados”, subalternos, “a linha de montagem de ilegalidades”, pois diante da volatilidade da espionagem, a bomba poderá estourar nas mãos de qualquer dos lados: “o grau de volatilidade desses instrumentos é tal que seu poder de destruição foge ao controle dos autores, podendo tornar-se eles próprios mais vítimas ainda do que seus alvos” (texto 2). Talvez, querendo revelar sutilmente o poder de “sua tarefa”, Veja continua: “o dano está feito quando um deles (os instrumentos) cai na corrente frenética da opinião pública turbinada atualmente pelos jatos digitais da internet (Veja já pode ser acessada via web, na Veja interativa, a partir da edição de 2 de junho/2010) (texto 2). Por isso, acrescenta Veja (ainda texto 2), “o ideal é evitar que dossiês sejam fabricados (veja sabe, revela, vigia); em sendo, que não venham a público (é necessário negociar antes com Veja [?]); em vindo, que sejam ignorados. A verdade liberta. “A fabricação de dossiês escraviza”.

Os dossiês teoricamente podem revelar a verdade, isso, no entanto, é encoberto, pois essa verdade pode ser manipulada contra candidatos de qualquer partido. Até Veja poderá ser vítima, visto que sabe, conhece, revela, mas não divulga como chega a esse conhecimento, se legalmente ou não. No

caso, a verdade não liberta, isso fica implícito na afirmação que se contrapõe à que diz que a fabricação dos dossiês escraviza. A verdade que liberta, contraditoriamente, é contrária à fabricação de dossiês, segundo Veja (e Veja não estaria envolvida nesses dossiês).

Quando se diz “a verdade liberta”, ficam no ar várias interrogações: que verdade? Quem tem a verdade (Veja [?])? E a verdade que liberta, liberta do que? Respondidas estas questões, teríamos clareado qual visão de espionagem, ou da fabricação de dossiês, (nos moldes dos que têm sido feitos em campanha, a exemplo da dos “alopradados” [2006]), é a que se quer passar a partir do discurso de Veja. Não podemos nos contentar com o implícito simples segundo o qual a fabricação de dossiês mente, pois é isso o que se pode depreender da segunda frase do par abaixo:

A verdade liberta. A fabricação de dossiês escraviza (texto 2).

A força ideológica do termo *escraviza* (mente) pode ser relacionada à disputa pela exclusividade da tarefa de informar, de manter consigo “a verdade”. De outra sorte, o mesmo texto de veja (texto 2) não afirmaria o que se lê no início do terceiro parágrafo: “As campanhas presidenciais oferecem uma oportunidade única para conhecer melhor um candidato que pode vir a dirigir os destinos do país. Por mais incômodo que seja, *merece divulgação qualquer fato real verificável que traga à luz alguma verdade sobre determinado candidato*”⁷. Mais uma vez aparece no texto a palavra verdade. Esta, no entanto, é benigna, é a verdade de Veja, a qual os dossiês não são capazes de revelar (os dossiês são mentiras e a verdade liberta).

É contraditório, no entanto, que Veja *revela*. O preço desse conhecimento já não seria um envolvimento em dossiês sobre dossiês? Ou Veja teria um dom especial (o de conhecer a partir do nada) que formidavelmente cabe na verdade que prega?

⁷ Grifo nosso

No texto 3, o termo “aloprados” já se refere aos responsáveis pelo atual esquema de espionagem, fazendo do termo uma espécie de acontecimento. Aqui afirmamos que vale repeti-lo pelo seu efeito de alusão (memória) ao tom como o acontecimento repercutiu em 2006. Na França, berço do surgimento da AD, a constância desse tipo de acontecimento configurou ensejo para o fortalecimento dessa categoria de *corpus* para a AD, ao lado da memória (papel da memória). Courtine (2006, p.22) afirma que “a Análise do discurso se desenvolveu na França em uma conjuntura dominada pelo acontecimento discursivo”.

Ao lado do termo *aloprados*, muitos outros são “reciclados” para, em situação posterior semelhante, designarem acontecimentos que dadas perspectivas procuram fazer ver, nos mesmos efeitos semelhantes, similares aos do acontecimento histórico anterior.

Os artigos de Veja (textos 1, 2 e 3) estão marcados por implícitos. A partir do título “era para levantar tudo, inclusive coisas pessoais” (texto3), fica implícito que o que era não é mais.

Depois da revelação de Veja (texto 1), “o que se planejou nos subterrâneos do comitê petista” (texto 3) não mais será posto em prática. Um outro implícito mais sutil ainda revela-se aos olhos dos leitores mais atentos: Veja pode desbaratar esquemas, através de revelações ao público leitor (veja *revelou...* [texto3]).

Fica então evidente que uma matéria jornalística vale não apenas por preencher os espaços reservados de suas páginas nas produções semanais (muitos jornalistas gostariam de participar das publicações, no entanto, não têm espaço), mas sobretudo por fazer crer através de sua palavra que não se deve desfiar sua empresa (Veja), sob pena de punição (veja *revela...*). A matéria jornalística, além de espetacularizar o acontecimento histórico, fornece a versão “verdadeira”, “imparcial”. Age politicamente, podendo manipular os fatos através de versões que pretendem estar com a verdade e se

dão em tom de ameaça (veja pode revelar, denunciar...). Não é por outro motivo que a imprensa é vista como um quarto poder.

A respeito dos pressupostos, estes são espécies de acontecimentos que nem sempre se inscrevem na memória. Não se diria, por exemplo, de Veja, que esta teria posto envolvidos em esquema de espionagem atrás das grades. As explicações de possíveis fatos não passariam pela força do verbo impresso nas páginas de uma revista comum. Esse exercício de poder se mostra insento de julgamento, pois nem sempre o sujeito responsável pela profusão de sentidos é claramente identificado.

Da mesma forma, naturalizar-se que Veja, assim como tantas outras revistas impressas, possa revelar (denunciar, julgar, punir). Quem diria que uma revista nacional valha pelo que pode e faz em terreno ideológico? Talvez uns poucos intelectuais no Brasil, mas, seguramente, a população não.

Há acontecimentos que não se inscrevem na memória - afirma Orlandi (1999). Isso se dá como se não tivessem ocorrido: por exemplo, “os sentidos de Maio de 68, entre eles, os relacionados à palavra ‘liberdade’, são evitados em um processo histórico-político silenciador, de modo que se estabelece uma falta de memória” (op.cit., p.10).

No texto 4, intitulado *Atrações*, discorre-se sobre o tema da espionagem, mas aqui o autor mostra resumo de histórico de espionagem envolvendo o atual candidato à presidência da República José Serra. Segundo o autor (Jânio de Freitas), desde a campanha de 2002, “quando Roseana Sarney parecia um empecilho à candidatura de Serra à Presidência” (texto 4), Serra parece estar por trás de “ações obscuras”, “*brunkers* de espionagens”. Na instância, houve a “jamais explicada” operação em que a polícia teria adivinhado a existência de dinheiro misterioso no escritório maranhense do marido da governadora daquele estado, fez a invasão e o que chamou de flagrante.

Além disso, resume o caso dos aloprados de 2006. No presente texto (4), da perspectiva do autor, o jogo é virado, e, pelo histórico de José Serra, ele

é quem deve ser responsabilizado pela questão dos dossiês. Como o autor só retoma o atual caso dos dossiês para tentar fazer concluir uma culpa de José Serra, vê-se que, mais uma vez, o acontecimento discursivo escamoteia o histórico pelo trabalho que se faz a partir de uma perspectiva.

No texto 5, intitulado *Jornalista deixa campanha de Dilma após acusação de dossiê contra Serra*, o núcleo de um mesmo acontecimento se desloca. Enquanto antes tínhamos a questão da espionagem como central entre os artigos de Veja, agora este tema ocupa papel secundário e dá lugar ao fato da saída de Luiz Lanzetta, jornalista que fazia parte da equipe de comunicação da pré-candidata do PT à presidência da República, da campanha de Dilma Russeff por iniciativa própria após acusação de dossiê contra Serra. “Lanzetta nega a acusação e reincidiu [sic] o contrato com o PT após denúncia” (texto 5).

O que se vê, de saída, nesse texto, é que o problema da espionagem se afasta cada vez mais de responsabilidade dos candidatos e torna-se um problema de pessoas não ligadas ao partido (um delegado aposentado acusa..., um jornalista prepara dossiê...). Isso se dá como se o interesse por trás da estratégia não dissesse respeito à disputa entre, pelo menos, dois candidatos, maiores interessados nos fatos em torno do pleito. Lanzetta, com certeza, teria agido em nome da candidatura de Dilma Russeff, estando, conseqüentemente atrelado à sua campanha, agindo em seu interesse. Se Lanzetta *deixa a campanha*, se *nega a acusação* e “*reincidiu*” o contrato com o PT é porque fazia parte dele, não agiu totalmente por conta própria. Ademais, no começo do texto, o autor informa que “jornalista deixa a campanha de Dilma” e no final do texto diz que “Lanzetta reincidiu o contrato com o PT...”. No início, como se vê, não se fala em contrato, já no segundo fala-se em contrato, mas, relativo a ele, usa-se o verbo reincidiu. É, portanto conveniente perguntar: está-se falando da mesma pessoa em ambos os casos? E mais: Lanzetta deixou a campanha (reincidiu) e depois voltou (reincidiu)? Ou apenas deixou (rescindiu)? Neste caso, o emprego equivocado do verbo reincidir é o que chama a atenção por

criar efeito de sentido contraditório, ao menos considerando-o como um lapso de linguagem.

Enfim, esse último texto lido (texto 5) não chama a atenção para o poder do próprio suporte (instituição midiática) como em *Veja*, mas tenta direcionar o olhar do leitor para um detalhe dentro do fato principal (a espionagem) distraindo, assim, esse leitor que, possivelmente, não mais verá na candidata do PT, culpa alguma. Resta perguntar de que lugar fala esse atual comunicador, para quem, pelo que se vê no texto, não se deve relacionar o caso do dossiê (de espionagem) nem a um nem a outro candidato. Antes, no início do texto (5), usou termos do tipo *jornalista deixa campanha, Lanzetta “reincidiu”*... Agora (no final do mesmo texto) afirma que, segundo a direção do PT, “Lanzetta não fazia parte da equipe interna de campanha”.

No texto 6, intitulado *Lanzetta critica apuração da Veja sobre suposto dossiê contra Serra*, Lanzetta – diz o autor do presente texto - aponta um possível motivo para o que *Veja* chamou de “revela” (*Veja revela...*), a publicação do artigo de *Veja*, do dia 09 de junho (texto 3): a revista estaria tentando retaliá-lo, pois o procurou (Lanzetta), mas quando percebeu sobre o que queria tratar, não quis falar:

Segundo Lanzetta, a história retratada na revista é ‘piração’. “*Veja* não soube investigar. Se ela investigasse veria que não houve nada”. Lanzetta disse que chegou a ser procurado pela revista no início, mas se negou a falar depois que entendeu qual era a pauta. “Depois que percebi o que eles estavam fazendo, não quis falar. Eu não queria falar com a *Veja*”, contou (texto 6).

Pelo que se vê, a perspectiva aqui é a de quem vê em *Veja* uma envolvida, se não diretamente em dossiês, pelo menos na tessitura de uma versão do fato que aponta culpados, numa ação de verdadeira retaliação. Seria porque Lanzetta não quis “falar” com *Veja* no início das “investigações” de *Veja* sobre a questão da espionagem? Ou essa briga teria a ver com o fato de

Lanzetta trabalhar no mesmo ramo de Veja e estar usufruindo de um contrato com a campanha de Dilma, o que poderia ser alvo de cobiça de Veja? Talvez nunca se chegue a saber ao certo. O fato é que, enquanto acontecimento discursivo, o caso pode revelar tantos sentidos quantas forem as perspectivas pelas quais for visto. Enquanto acontecimento, torna-se lugar de equívoco. O equívoco, por seu lado, tem lugar próprio na língua. Como então conhecer a verdade? Cremos que “a verdade” é algo que faz parte do acontecimento histórico, e, enquanto real do acontecimento, a verdade não poderá jamais ser expressa. O que resta para se fazer dentro da linguagem é o embate, uma luta ideológica pela razão onde as palavras serão sempre discursos que, como elementos dêiticos, apontem para fora de si, para o real, para a evidência que não se exprime mais com palavras.

CONCLUSÃO

O acontecimento discursivo ocorre dentro da linguagem (lugar de equívoco). Daí se depreende que entre a AD e a linguística (que estuda a linguagem verbal) há uma certa relação. Na língua materializam-se os discursos (efeitos de sentidos entre interlocutores). A relação destes com a língua, no entanto, não é de pertencimento, segundo Ferreira (2010): “podemos dizer em relação a essa vizinha (a linguística), com a qual as relações não são lá quase sempre muito amistosas, que há contato, mas não pertencimento”.

Se entre língua e discurso, que se localizam no âmbito da linguagem há conflitos, o que dizer dos acontecimentos que transitam entre o histórico e o discursivo? Certamente serão lugares de embate, visto que as perspectivas pelas quais são vistos quase sempre representam interesses antagônicos.

Os posicionamentos diante dos fatos discursivos aqui analisados são em si discursos e, enquanto tal, enquanto discursos coexistentes, giram em

torno do mesmo tema, embora em contraste, pois estão inscritos em formações discursivo-ideológicas distintas. Por exemplo, enquanto um coloca a questão da espionagem como *coleta de evidências*, o outro trata-a como *lama, ação criminosa*, entre outros termos pejorativos, revelando assim, posicionamentos antagônicos diante de um mesmo fato.

REFERÊNCIAS

- CAVALCANTE, Maria do Socorro Aguiar de Oliveira. *Qualidade e cidadania nas reformas da educação brasileira: o simulacro de um discurso modernizador*. Maceió: Edufal, 2007.
- CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso político*. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2008.
- COURTINE, Jean-Jacque. *Metamorfoses do discurso político: derivas da fala pública*. São Carlos: Claraluz, 2006.
- FLORENCIO, Ana Maria Gama. O enunciado e a polifonia em Bakhtin. In: *Leitura – Discurso: história, sujeito e ideologia*. N.30, julho-dezembro/2002, p. 237.
- MALDIDIER, Denise. *A inquietação do discurso: (re)ler Michel Pêcheux hoje*. Campinas: Pontes, 2003.
- ORLANDI, Eni. Maio de 1968: os silêncios da memória. In: ACHARD, Pierre. et al. *Papel da memória*. Campinas: Pontes, 1999.
- PÊCHEUX, M. Discurso. *Estrutura ou acontecimento*. Campinas: Pontes, 1997.
- GREGOLIN, Maria do Rosário (org.). *Discurso e mídia: a cultura do espetáculo*. São Carlos: Claraluz, 2003.
- HENRY, Paul. *A ferramenta imperfeita: língua, sujeito e discurso*. Campinas, São Paulo: Editara da UNICAMP, 1992.